

Resumo: Este artigo é constituído por três partes: uma introdução, em que se refere a importância do recurso ao método do snowball para poder atingir consumidores de drogas que habitualmente ficam excluídos nas amostragens das investigações de teor clínico e dos inquéritos psicossociológicos; uma primeira parte que procede à revisão da literatura científica sobre as noções centrais numa investigação actualmente em curso sobre a extensão do consumo problemático de drogas em populações ocultas. Revê, assim, as noções de "consumo problemático", "população oculta", "mundo social" e a utilização dos métodos em cadeia para o seu estudo. E uma segunda parte em que se descrevem as linhas gerais dessa investigação, cujos objectivos se repartem por dois aspectos centrais: a recolha de indicadores da extensão do consumo problemático de drogas ilegais através do estudo de populações ocultas específicas e o aprofundamento, através de dados qualitativos, da experiência do utilizador de drogas.

Palavras chave: Consumidor Problemático; População Oculta; Mundo Social; Métodos em Cadeia e Snowball; Experiência da Droga.

Résumé: Cet article est constitué par trois volets: l'introduction, où est mis en relief l'importance de la méthode "snowball" pour approcher les consommateurs de drogues que normalement ne figurent pas dans les échantillons des recherches d'allure clinique et des enquêtes psychosociologiques; une 1^{ère} partie procède à la révision de la littérature scientifique sur les notions centrales dans une recherche actuellement en cours concernant l'extension de la consommation problématique de drogues en populations occultes. On reprend, donc, les notions de "consommation problématique", "population occulte", "monde social" et l'utilisation des méthodes en chaîne pour son étude. une 2^{ème} partie décrit les lignes dominantes de cette recherche, dont les objectifs couvrent deux aspects majeurs: l'obtention d'indicateurs de l'extension de la consommation problématique des drogues illicites, à travers l'étude de populations occultes spécifiques et l'approfondissement de l'expérience de l'utilisateur de drogues à travers de données qualitatives.

Mots Clé: Consommateur problématique; Population occulte; Monde social; Méthodes en chaîne et "Snowball"; Expérience de la drogue

Abstract: This article can be divided in three sections. The introduction refers the importance of the snowball method as a resource aimed at drug users, usually excluded by clinical research samples and by psychosociological inquiries. The first section focuses on central notions in a current research on the extension of drugs problematic use in undercover populations. Thus it revises the notions of "problematic use", "undercover population", "social world" and the use of a chain of methods for its study. The second section describes the orientations of that investigation. The goals of the research are divided in two main courses: one, the gathering of extension problematic use indicators of illegal drugs, through the study of specific undercover populations, the other, the throughout examination of a singular drugs use experience by qualitative data.

Key-words: Problematic User, Undercover Population, Social World, Chain of Methods and Snowball; Drug Experience.

Por onde anda o que se oculta: o acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas através do método do snowball⁽¹⁾

*Luís Fernandes
Maria Carmo Carvalho*

É hoje um lugar comum dizer-se, ao falar de drogas, que se trata de um problema muito complexo. Para que esta frase não seja um mero lamento para justificar as inoperâncias e os fracassos que têm procurado circunscrevê-lo, seria necessário tornar explícito em quê e porquê se trata dum fenómeno complexo. Por que é um facto simultaneamente biológico, psicológico e socio-cultural? Neste caso, além de facto social total seria, digamos, facto disciplinar total. E se o primeiro convoca uma atitude holista própria de algumas ciências sociais, o segundo exigiria a interdisciplinaridade. E esta exigiria, por sua vez, a comunicação disciplinada das disciplinas do saber, em vez da indisciplina com que (des)governam hoje hegemonias mútuas. Ou seria complexo porque os seus principais actores, aqueles que melhor poderiam senti-lo e dizê-lo, estão normalmente num estado alterado de consciência sem o qual nada do que se passa no "mundo da droga" faria sentido? Ou é complexo porque a sua disfuncionalidade actual resulta em grande parte dos esforços para o resolver? – Por exemplo, a escalada duma droga ilegal é, grosso modo, directamente proporcional à força com que é declarada e combatida como ilegal. Ou seria complexo porque, numa sociedade habituada ao rigor demográfico, nenhuma entidade consegue estimar, sem ser contraditada, o número de utilizadores e de consumidores problemáticos?

É precisamente sobre este elemento integrante das incógnitas do fenómeno droga – o da sua extensão na população dum dado país – que este artigo visa reflectir. As grandes linhas construtoras dos consensos conceptuais e interventivos têm sido, desde o final do séc. XIX, a jurídico-penal e a médico-sanitária. É por isso natural que sejam também os respectivos dispositivos a fornecer indicadores da sua extensão. A literatura científica tem reflectido esta circunstância, estudando sobretudo amostras clínicas. Quem não aparece na visibilidade que as institui-

ções permitem, está reduzido a dois campos: o mediático – a caricatura; o das práticas sociais mais-ou-menos anónimas – o oculto.

Ao longo deste artigo procuraremos evidenciar as potencialidades dos “métodos em cadeia”, e particularmente do *snowball*, quando o objectivo é o de ter acesso, precisamente, aos indivíduos que habitualmente estão sub-representados, ou mesmo ausentes, nos estudos sobre o fenómeno droga. Procederemos também a precisões conceptuais: o que se pode entender por “consumidor problemático”? E por população oculta? Efectuando simultaneamente um trabalho crítico sobre as definições propostas. Concluiremos apontando algumas linhas sobre um projecto que temos em curso acerca da extensão e características do consumo problemático de drogas ilegais em populações ocultas. Esta investigação tem como método de constituição da amostra, o *snowball* e como método de recolha de dados, a entrevista. Os estudos conduzidos através desta técnica têm vindo a demonstrar capacidade de contornar algumas das condições que tornam difícil o acesso ao fenómeno.

I. A investigação de populações ocultas através de métodos em cadeia: precisões conceptuais e técnicas.

1 - O que é um consumo problemático?

a) Revisão de Literatura

A noção de “consumo problemático” parece estar distribuída por três tipos de formulações, que diferem entre si não só de acordo com o racional teórico subjacente, mas de acordo, ainda, com a apropriação clínica vs empírica a que tem sido sujeita. Assim, identificámos a partir da literatura revista, um conjunto de definições que parecem situar-se no âmbito das formulações clínicas, um outro conjunto de definições que tem dado suporte à investigação empírica em estudos epidemiológicos de prevalências desses consumos, e um terceiro tipo que, ainda a propósito da investigação empírica, integra a noção num contínuo entre dois polos, relativizando-a, dando conta simultaneamente das dimensões psiconáutica e problemática⁽²⁾ que estão presentes no consumo de substâncias.

Por formulações clínicas entendemos aquelas definições que têm por objectivo clarificar um conjunto de critérios

que permitem, sobretudo a quem intervém, identificar o indivíduo que é consumidor de drogas, assim como ao conjunto de problemas associados a esse comportamento. Trata-se de definições formuladas por organizações com responsabilidade internacionalmente reconhecida no domínio da intervenção e regulação deste e doutros fenómenos, como é o caso da *Organização Mundial de Saúde* (OMS) ou da *American Psychiatric Association* (APA). São definições que se referem exclusivamente à dimensão problemática dos usos de drogas, referindo o consumo como “prejudicial” (*harmful*) (CID-10), “disfuncional” (CID-10), ou referindo a “dependência de substâncias” (DSM IV). Por “prejuízos” ou “disfunções” são entendidos os danos físicos e mentais para a saúde, as consequências sociais do ponto de vista da família, da comunidade ou da sociedade em geral, as consequências adversas para as relações interpessoais, entre outras dimensões, num padrão de persistência de utilização de pelo menos um mês ou de repetição ao longo de 12 meses. (CID-10). A “dependência de substâncias” está presente quando, entre vários critérios (tolerância, abstinência, abandono de actividades sociais importantes, etc), a utilização persiste não obstante os problemas físicos e ou psicológicos decorrentes dessa utilização (DSM-IV).

Os estudos epidemiológicos e de prevalências têm sentido também a necessidade de identificar uma definição de “consumo problemático” por referência à qual estejam em condições de efectuar as suas análises. É neste âmbito que podemos considerar um segundo tipo de formulações em torno da noção de “consumo problemático”, formulações essas em que existe um esforço no sentido da identificação de indicadores cuja presença denuncia a existência do problema; neste exercício, porém, registamos a falta de consenso, entre alguns dos estudos mais recentes, na identificação desses mesmos indicadores. Essa falta de consenso está presente, ainda, em relação a vários aspectos do consumo de drogas, que vão desde a substância relativamente à qual se crê existir o problema, ao modo de ingestão e aos problemas efectivamente associados, até à própria forma de designação (se através da expressão “consumo problemático” ou se através de outra qualquer equivalente). Esta variabilidade de definições é referida por R. Hartnoll (1999), quando

destaca que em alguns estudos parece existir uma correspondência entre “uso problemático” e “dependência de heroína”, enquanto que noutros se entende o “uso diário de qualquer droga ilegal, incluindo a *cannabis*”, e noutros ainda, “o uso de qualquer droga injectável”. Apesar dessa variabilidade, as dimensões que parecem suscitar maior consenso são o uso da heroína e o consumo por via endovenosa. A estas dimensões são acrescentadas ou subtraídas outras, que estreitam ou alargam o perímetro do que se entende por *problema*: o risco de desenvolvimento de problemas médicos, psicológicos e/ou sociais que surjam directa ou indirectamente associados ao uso de drogas e a presença de tolerância, síndrome de abstinência e incapacidade de cessar os consumos (Simon, 1999); um padrão de utilização diário ou quase diário e a necessidade de tratamento (Olsson, 1999); o uso, por um período mínimo de três meses, de qualquer substância ingerida por qualquer via (Bello e Chêne, 1999); etc. Finalmente, encontramos referências na literatura a “consumo problemático de drogas” (Hickman, 1999), a “utilizador problemático de drogas” (Simon, 1999), a “toxicodependente” (idem), a “adictos *hard-core*” (Olsson, 1999), a “utilizador habitual ou dependente de” (Bello e Chêne, 1999), a “utilizadores pesados de drogas” (Knaus, 1999), ..., todos aspirando, ao que parece, à designação de uma mesma situação.

Por último, uma referência a um conjunto de formulações, que não aborda a dimensão problemática do uso de drogas, sem que esta seja devidamente enquadrada no já referido contínuo entre o polo psiconáutico, simbólico ou cultural desse uso e o polo da sua expressão problemática. É ainda característico deste tipo de formulações, a salvaguarda, inexistente nas anteriores, da possibilidade de usos controlados, ou não problemáticos, de substâncias que integram habitualmente a definição do problema (como a heroína e a cocaína).

Tomemos alguns exemplos. A. Díaz (1998), adoptando a distinção clássica “take drugs/use drugs” exemplifica-lhe os dois extremos: o do *consumo* - “(...) a introdução de uma substância no organismo por qualquer via ou através de qualquer método que permita a sua absorção. Esta definição não exclui os aspectos simbólicos da relação indivíduo-substância, que são do nosso ponto de vista inseparáveis, embora num grau variável”, e o do *uso* -

“qualquer relação com a substância mesmo que não implique consumo”, analisando a forma como certas substâncias surgem integradas em rituais e contextos culturais específicos, como é o caso da coca na cultura andina. P. Cohen (1989), numa perspectiva crítica, refere a forma como o “modelo repressivo” (por oposição ao “modelo de redução de riscos”) tem vindo a integrar, na sua definição de “abuso de drogas”, todos os tipos de uso de heroína, considerando-os invariavelmente prejudiciais e abusivos, independentemente da existência efectiva de problemas associados; considera, nesta medida, que se assiste a uma correspondência entre “problema com heroína” e “prevalência do uso de heroína”. Opera a mesma relativização no que diz respeito ao consumo de cocaína, quando admite duas perspectivas sobre a utilização desta substância e os problemas comportamentais associados: aquela que apresenta necessariamente essa utilização como derivando em padrões de uso problemático, devido às características farmacológicas da substância; e aquela em que o uso de cocaína é aceitável em certos contextos sociais, onde a maioria dos utilizadores não experencia problemas sociais ou físicos com esse consumo, devido a uma aprendizagem da regulação do uso e dos seus efeitos negativos. (Cohen, 1989).

Como nos situamos perante esta panóplia de opções? Se, por um lado, nos parece óbvio que a existência de alguns indicadores objectivos facilita a definição e homogeneização dos critérios de inclusão de um indivíduo numa amostra empírica (consumos de qualquer droga ilegal, através de qualquer tipo de administração, por um período continuado, em indivíduos entre os 15 aos 64 anos), por outro lado, não acreditamos que uma abordagem do fenómeno esteja completa sem que integremos, simultaneamente, a duas vertentes da experiência.

b) Problematização

“Bem, eu falo por mim. Os únicos problemas que eu tinha eram os meus pais, depois era arranjar dinheiro e saber onde ir buscar a droga, o maior problema era o dinheiro e acontecer não haver droga. Andava sempre a fugir da polícia, porque eu não queria ficar sem o pacote, ou fosse lá o que eu tivesse. Eu não queria era ter problemas com a polícia nem com ninguém, mas os problemas vinham

sempre ter comigo sem que eu os quisesse. (...) A droga é um problema e dos grandes...

Este excerto, retirado de uma definição espontânea de “consumo problemático”, produzida por um toxicodependente, ilustra o que pode acontecer às noções pacientemente elaboradas pelos cientistas sociais, quando são utilizadas por destinatários alheios à comunidade científica. Esta perda de pureza das noções, ao invés de constituir um incidente desagradável é uma circunstância feliz: por um lado, significa a impossibilidade prática de ser a cúpula da sociedade – o sistema da ciência-técnica – a impor unilateralmente aquilo que seria a realidade; por outro, mais do que uma perda traduz um ganho de sentido para a noção em causa. A realidade social não se atinge por definições, constitui-se no processo negocial em que as noções saídas do labor técnico-científico são incorporadas a correntes de sentido que as arrastam, as transformam e as abrem a significações múltiplas.

Deste modo, para além das definições mais-ou-menos concisas que acabámos de rever, tornava-se interessante saber o que encerra, para o pensamento comum, a expressão “consumidor problemático”. O procedimento nominativo próprio do *snowball* exige que um consumidor problemático indique, e nos ponha na pista do seguinte, para o que temos de lhe fornecer a nossa própria definição de consumo problemático. Tornava-se, por isso, útil saber se ela diferia muito das definições, digamos, leigas do que é um consumo problemático. E, continuando esta linha de interrogações, saber até que ponto, por sua vez, estas definições espontâneas eram semelhantes às dos técnicos de intervenção nas drogas – uma vez que estas, é de supor, se transferem até certo ponto para a linguagem comum.

Esta pesquisa do sentido da expressão “consumidor problemático” no cidadão médio e em técnicos de intervenção é apenas exploratória. Não visa fixar-lhe um outro significado mas apenas relativizar as definições propostas pela literatura técnica. Temos em curso uma análise de conteúdo a definições de “consumidor problemático”, recolhidas junto duma amostra de população e junto de técnicos de intervenção em toxicodependências. Foram analisadas, até agora, 31 definições recolhidas pela nossa equipa de investigadores junto de indivíduos da

população geral, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos – a que chamaremos “leigos” – e 21 definições junto de técnicos de intervenção de Centros de Atendimento a Toxicodependentes (16 psicólogos, 2 assistentes sociais, 2 enfermeiras, 1 psiquiatra).

Estes dados, cuja recolha ainda prossegue, apenas apontam tendências muito gerais, tendo um valor meramente exploratório. De qualquer modo, vale a pena destacar alguns deles: - Nos leigos, a definição estrutura-se segundo três linhas: individual, social e causal. Na linha individual, a temática nuclear é a do domínio da droga sobre o indivíduo, constituindo este estado uma doença. Apesar disso, “não se quer tratar”, centra-se demasiadamente na sua pessoa e “só conhece direitos, não conhece deveres”. Na linha social, parece ser um indivíduo com tendência a causar perturbações nos sistemas interpessoais: família e redes de conhecimentos. “O consumo só é problemático se prejudica outrém” – uma definição sucinta duma mulher de 25 anos que traduz bem a ideia de que o problemático do consumo se liga à perturbação da esfera social. Em suma, o consumo problemático é a desregulação das normas: biológica (a “doença”) e social (os “problemas com os outros”). Quanto à linha causal, enunciada espontaneamente por ¼ dos sujeitos, surgem as componentes afectiva (privação do afecto na esfera familiar, maus tratos, ...) e a ideia da inexorabilidade das experimentações com drogas (“o mal foi experimentar”).

- Nos técnicos, não aparece a linha causal e a linha individual predomina sobre a social. Dado curioso, nunca aparece a referência à doença para referir consumo problemático – ironicamente diríamos que de tal modo passou a mensagem para os leigos que, instalando-se toda nestes, abandonou o local de origem... Se exceptuarmos esta diferença em relação aos leigos, toda a definição se estrutura segundo as mesmas ideias, expressa no entanto numa linguagem de recorte depurado e denotativo (por exemplo em vez de “é maluco” aparece “perda de controle”, etc.).

A acreditar nas teses do interaccionismo simbólico, protagonizadas por exemplo por Jock Young, seria de esperar esta relativa proximidade entre leigos e técnicos. Com efeito, os técnicos participariam na manutenção dos elementos que conformam a reacção social às drogas,

nomeadamente através da retradução em linguagem terapêutica dos elementos constituintes desta reacção social. (Young, 1971). Dada esta relativa proximidade de concepções, é de esperar que a definição de consumo problemático, proposta aos sujeitos durante a aplicação do *snowball*, não lhes pareça incompreensível ou estranha.

2. O que é uma população oculta?

E um mundo social?

a) Revisão de literatura

A referência a *populações ocultas* remete-nos para a necessidade de traçarmos os limites relativamente a noções que lhe são análogas, mas não equivalentes – é o caso das *populações raras* e das *populações marginais*. Neste exercício, tomemos como ponto de partida a proposta de M. Sreen (1992). Segundo o autor, a questão da acessibilidade é o critério fundamental na abordagem ao que genericamente designa por *populações especiais*. A questão da acessibilidade tem de ser considerada de acordo com duas dimensões: ela é determinada, por um lado, pela proporção de indivíduos dessa *população especial* existentes na população geral; e, por outro lado, pelo grau de dificuldade inerente à localização dos mesmos. Estamos perante uma *população rara*, quando a característica em causa exhibe baixa prevalência na população geral, não obstante a sua localização poder estar facilitada – é o caso dos gémeos homocigóticos ou de membros de uma determinada classe profissional, por exemplo, e em geral, o caso de todos os traços a investigar, que não constituem, à partida, qualquer ameaça a essa população. Já na consideração das *populações ocultas*, verificamos que em causa não está a prevalência do traço ou característica na população geral (que poderá ser elevada), mas as dificuldades que se colocam à sua localização; tal deve-se à natureza ameaçadora do traço específico em questão, habitualmente de cariz ilegal ou socialmente reprovado – é o caso das mulheres que cometeram aborto, dos consumidores de drogas, dos homossexuais, e de outras situações que reunimos no mesmo conjunto, constituído pelos *delitos sem vítima*.

A *marginalidade* dum população tem, para A. Díaz (1992; 1998), uma definição igualmente proporcional – algo que é marginal é algo relativo a um reduzido número de indivíduos da população geral; enquanto que a *ocul-*

tação se caracteriza por ser da iniciativa dos próprios sujeitos envolvidos, tendo em conta a estigmatização ou sanção social e penal inerentes à característica ocultada. Nesta medida, o uso ilegal de drogas é, simultaneamente, marginal e oculto, uma vez que se combinam as dificuldades inerentes quer à localização, quer à prevalência na população geral.

Estão, desta forma, enumeradas algumas das dimensões mais relevantes e de elevado consenso, na definição de *população oculta* – difícil localização, menos determinada pela prevalência do traço do que pela ocultação do mesmo, habitualmente da iniciativa dos próprios sujeitos, atendendo ao estigma associado. Caracterizam-se, ainda, pela sua ausência dos sistemas formais de serviços e controle social (Pearson, 1992) ou dos contextos clínicos e institucionais (Watters e Biernacki, 1989); e exibem alguma correspondência, na opinião de P. Adler (1990), com as populações *desviantes* de uma forma geral.

As populações ocultas constituem, em geral, mundos sociais próprios: se uma população é algo de mais-ou-menos genérico, contabilizável em números e em indicadores, um mundo social é algo que nos remete para a densidade do vivido. Se o conceito de população deslocaliza e generaliza, o de “mundo” situa e particulariza. O que é um “mundo social”? Goffman, no seu clássico “Asylums” na década de 60, descreve finamente o “mundo do internado” dum instituição psiquiátrica. Tratou-se de, através dum estratégia etnográfica de pesquisa, trazer à luz a experiência vivida dos indivíduos submetidos a certas condições de existência, construindo a narrativa a partir do ponto de vista dos próprios. Esta incursão na experiência de indivíduos cuja fala é habitualmente desqualificada – dado que, sendo doentes mentais, ela é em primeira instância signo e veículo do sintoma patológico – produziu uma compreensão das instituições concentracionárias da psiquiatria asilar da época em profunda ruptura com o discurso oficial a seu respeito. Foi esta proposta fenomenológica que também tentámos ao procurar descrever o “mundo do dealer” (Fernandes, 1998). Por “mundo”, Becker e McCall (1990) entendem uma “organização de actividades colectivas mais-ou-menos estável”, sendo que a noção é aplicável “(...) sempre que as pessoas se encontrem ligadas numa tarefa ou

acontecimento comum de natureza repetitiva.” Gilmore (citado por Becker e McCall, 1990) apresenta a ideia de “mundo” como um “bom conceito”, na medida em que “nos indica o que procurar, o que deveríamos encontrar no fenómeno em estudo. Depois, poderemos encontrar o que sabíamos que lá se encontrava ou deparar-nos com um novo e interessante problema teórico, pelo facto de o que procurávamos lá não se encontrar, afinal.”

Deste conjunto de características derivam implicações para a investigação empírica – perante tais dificuldades do ponto de vista da acessibilidade e da ocultação, será que os métodos de inquérito tradicionais e a investigação a partir das redes institucionais são sustentáveis na obtenção de informação válida sobre estas populações e respectivos mundos sociais? Que alternativas se oferecem, do ponto de vista metodológico? Este é o debate que retomaremos adiante.

b) Problematização

G. Pearson afirma que quando se fala em populações ocultas de utilizadores de drogas, queremos invariavelmente dizer que estão ocultas do sistema formal de serviços e controle social. Todavia, estes grupos “ocultos” e indivíduos podem ser conhecidos dos interventores sociais ou de saúde – embora, possivelmente, não como utilizadores de drogas. Também podem ser conhecidos por redes de serviço informal – como é o exemplo dos grupos de auto-ajuda, ou dos projectos de intervenção comunitária, acrescentaríamos nós. Efectivamente, apesar de o uso ilegal de drogas ser comumente retratado como “anónimo”, é “importante reconhecer que nenhum utilizador de drogas pode manter-se totalmente *oculto* ou *desconhecido*: os indivíduos farão sempre parte de alguma rede social, ainda que de forma marginal, senão por outra razão, pelo menos para garantir o abastecimento de drogas”. (Pearson, 1992) Daí que uma das vias mais comuns de acesso a “populações ocultas” de utilizadores de psicoactivos se baseie nesta natureza essencial do uso de drogas, como é o caso dos “métodos em cadeia” e do *snowball*.

Quanto ao conceito de “mundo social”, fornece uma proposta descritiva da realidade que não a secciona nas clássicas repartições estritamente socio-económicas. Um “mundo social” não é definido por uma categoria analítica

“a priori” (do tipo da classe social, por exemplo) – é constituído pela heterogeneidade de quem o faz e refaz, de quem o frequenta e transforma. O investigador reconstitui um “mundo social” ao seguir a pista a quem o protagoniza. E segue-a ao saber, nomeado pelos próprios, quem são os outros indivíduos que estes reconhecem como “do seu mundo”. O *snowball* não é mais do que a ferramenta para a reconstituição empírica dum mundo social.

Ora, o “mundo da droga” é uma entidade mantida na lógica dualista, mas complementar, do tabu e da pornografização: não o podendo ver directamente, dados os recônditos em que se move, ele é-lhe revelado através do seu lado esventrado e exposto – a pornografização mediática tão bem exemplificada pelo Casal Ventoso. O “mundo da droga” passar-se-ia nesse confirm socio-cultural, que tanto se esconde mas que tão pouco se apaga. Seria, digamos, um outro mundo, feito de marginalidade e doença. Possa o mundo social, que a investigação especializada procura desenhar no seu labor, trazer para este mundo esse outro mundo que tem sido o “mundo da droga”. Nem tabu nem pornografização – descrição empírica com os instrumentos que permitem apurar o olhar e retrazar percursos e práticas sociais.

3. O que é o snowball?

a) Revisão de literatura

Traçados os contornos do que entendemos por populações ocultas e mundos sociais, destacadas as suas particularidades e parecendo evidente que estas interferem no processo de recolha empírica consideramos, agora, um tipo de abordagem metodológica que tem aspirado ao seu conhecimento. Trata-se de um conjunto de ferramentas metodológicas que podemos genericamente designar por “métodos em cadeia”, onde se encontra integrado, enquanto *microestratégia*, o *snowball* (ou “método da bola de neve”).

Quando procuramos a filiação destas metodologias, duas referências mereceram, da nossa parte, maior destaque. Em primeiro lugar, a consideração da questão das redes enquanto problemática antropológica antiga, inscrita na evolução epistemológica desta ciência social, e a análise de redes enquanto método subsidiário. Os problemas que os antropólogos tratam sob essa designação pretendem dar resposta a questões centrais – de que forma

estão vinculadas entre si as relações sociais? Como se compara a situação em que duas pessoas em contacto directo têm conhecidos em comum, com aquela em que têm conhecimentos diferentes? Quantas pessoas conhecemos e que tipo de pessoas são? (Hannerz, 1986) A ideia das redes, em Antropologia, serviu à extracção de conjuntos mais-ou-menos complexos de relações, a partir de um sistema mais amplo, e com objectivos analíticos. Em suma, a análise de redes permitiu, de acordo com U. Hannerz, a análise relacional adaptada ao estudo dum conjunto de estruturas sociais cada vez mais variadas – desde o matrimónio à questão do rumor; desde o acesso a pequenos mundos ao estudo da vida urbana (esta enquanto “rede de redes”).

A segunda referência faz-nos remontar aos trabalhos de Travers e Milgram (1969), em que os autores expõem a problemática base do que designam por “small world method”: “Qual a probabilidade de que duas pessoas seleccionadas arbitrariamente a partir duma população vasta (por exemplo, a população dos EUA) se venham a conhecer?” Segundo os autores, a expressão “small world” remete para o facto de que as redes sociais estão, em alguns casos, estreitamente ligadas, repletas de conexões inesperadas entre indivíduos aparentemente distantes física e espacialmente. Para o demonstrar seleccionaram arbitrariamente alguns indivíduos em duas cidades americanas (Nebraska e Boston), com o pedido de que gerassem cadeias de conhecimentos que lhes permitissem atingir um indivíduo-alvo em Massachussets, estando na posse de alguns dados identificatórios. Visavam com esta experiência, a discussão das aplicações do “small world method” ao estudo da estrutura social em larga escala, partindo do pressuposto de que “a não ser que alguma porção da população esteja totalmente isolada da restante, de tal forma que ninguém nesse subgrupo conhece ninguém fora dele, deverá existir pelo menos uma cadeia ligando quaisquer duas pessoas numa população. No geral, deverão existir várias dessas ligações, de extensões diferentes, entre quaisquer dois indivíduos.” (Travers e Milgram, 1969). O estudo avançou com propostas matemáticas no domínio das probabilidades que permitiram aos autores não só concluir sobre qual o limite superior mínimo de intermediários necessários para ligar dois cidadãos muito afastados (5

intermediários), como colocar em evidência a convergência das cadeias de comunicação através de indivíduos em comum, abrindo portas para o estudo e medida do inter-conhecimento numa sociedade vasta.

Em que medida concorrem estas referências para o esclarecimento da questão que nos ocupa – o estudo duma característica estigmatizada, como o consumo de drogas ilegais, em populações ocultas de mundo sociais específicos? Na realidade, não existe nelas qualquer referência directa à questão das populações ocultas, nem tão pouco ao consumo de drogas ou outro qualquer comportamento ou característica dita desviante. Mas está já presente a evidência que permite reconhecer os “métodos em cadeia” como vias de acesso privilegiadas a esses segmentos da população, uma vez que se parte do pressuposto de que ninguém, na esfera social, é totalmente inacessível.

A produção científica com recurso a estas metodologias tem-se dedicado a demonstrar como apresentam vantagens consideráveis, quer se trate de produzir estudos de prevalências, que ultrapassem as limitações oferecidas pelos métodos de inquérito tradicionais, quer se trate de desenvolver análises de cariz mais qualitativo. M. Spreen (1992) dá conta de duas tradições na utilização das metodologias em cadeia ou “link-tracing”: por um lado, um uso que tem por objectivo a observação de uma rede em particular, a análise de uma estrutura social e o desenvolvimento de inferências sobre as relações (em linha directa com o que eram as preocupações das referências de partida que explorámos); por outro lado, um uso que tem por objectivo a localização de membros de uma população especial, e em que após essa localização se desenvolvem inferências sobre os mesmos (que poderão adquirir uma natureza qualitativa ou quantitativa, acrescentamos nós).

Numa ou noutra destas vertentes, os “métodos em cadeia” ou *link-tracing* socorrem-se de diversas estratégias de amostragem, que no caso da localização de populações específicas, podem integrar de forma combinada (Spreen, 1992): os métodos de probabilidade, se o objectivo é desenvolver generalizações para a totalidade da população especial; o *snowball*, quando a um indivíduo previamente localizado é solicitado que, através dum procedimento nominativo, nomeie outros indivíduos que

integrem os critérios estabelecidos, de modo a assegurar as cadeias de referência; a *targeted-sampling*, quando um conjunto de estratégias como a etnografia de rua, a amostragem teórica, a amostragem por cotas, o uso de cadeias de referência, entre outros são combinados de forma a introduzir um procedimento flexível eficaz na amostragem de populações ocultas em contexto urbano (Watters e Biernacki, 1989); o recurso a informantes-chave; a amostragem a partir duma zona-alvo ou *site-sampling*; etc.

Notamos a grande sobreposição de objectivos que parece perpassar estas estratégias, e que dificulta a sua delimitação clara de entre o conjunto por elas formado. Se considerarmos, todavia, o objectivo comum que as une, facilmente a clareza delimitatória que caracteriza a investigação empírica é relegada para segundo plano, quando o que está em causa é o acesso a uma franja de população habitualmente inacessível, não aleatorizável, que não se presta aos procedimentos da amostragem convencional e em que a flexibilidade dos procedimentos se transforma num ganho acrescido.

No caso específico do consumo de drogas ilegais e da medida da sua extensão, as principais fontes de recolha de dados têm sido os inquéritos à população (com pretensões de representatividade) e o recurso aos dados que advêm das instituições assistenciais, policiais e legais em contacto com indivíduos nesta situação; neste último caso, coloca-se inevitavelmente a impossibilidade de conhecer qual a quantidade de indivíduos que nunca entrou em contacto com nenhuma destas instâncias) (Gamella e Meneses, 1993). Ou, como afirmam Díaz e Arias (1992), a importância do reconhecimento de que quando se tomam como indicadores do uso de drogas: o número de toxicodependentes atendidos nos centros, o número de emergências hospitalares ou o número de mortes associadas ao uso de drogas, não se pode esperar mais do que aceder à identificação daqueles sujeitos que apresentam os maiores problemas de saúde. Parece, assim, evidente a insuficiência deste tipo de estratégias, quando usadas em exclusivo, quando se trata de atingir determinados grupos.

Por outro lado, e na medida em que, como referimos, o cálculo da extensão dos consumos de certas drogas ilegais constitui uma preocupação central duma grande

quantidade de produção científica no domínio, torna-se incontornável a questão da representatividade dos dados assim obtidos. Provavelmente, a representatividade não será exequível com nenhuma metodologia que pretenda o estudo de populações ocultas (Bravo e De La Fuente, 1991 cit. por Gamella e Meneses, 1993); todavia, a investigação recente tem tentado mostrar que essa é uma meta da qual nos podemos aproximar, se for levada a cabo a necessária articulação entre metodologias qualitativas e quantitativas. Essa articulação é posta em prática quando, na utilização do *snowball*, o próximo indivíduo a ser entrevistado é aleatorizado de entre um número pré-estabelecido de nomeações fornecidas pelo entrevistado actual. Mas vários exemplos dessa articulação, sem perda de rigor e dando mostras de significativos ganhos acrescidos para a investigação, estão presentes em trabalhos recentes como os de A. Díaz (1998), Díaz, Barruti e Doncel (1992), D. Korf (1999), P. Cohen (1989), entre muitos outros.

b) Problematização

Num percurso que fizemos por vários manuais de metodologia das ciências sociais e humanas, demo-nos conta de que as referências ao *snowball* eram de dois tipos: inexistentes e exíguas. Em nenhum dos manuais mereceu nunca um capítulo completo. Uma referência detalhada ao método exige, pois, penetrar num nicho de literatura especializada – isto apesar de entre os utilizadores do *snowball* se encontrarem nomes ilustres como os de Lindesmith, H. Becker, H. Blumer ... A que se deve esta lacuna? Biernacki e Waldorf (1981) atribuem-na à possibilidade de se assumir que os problemas que surgem do uso deste procedimento serem tão simples ou evidentes, que não requerem mais explicação; mais, a literatura existente parece levar a crer, de acordo com os autores, que o método progride quase por si próprio, sem necessidade de grande intervenção por parte do investigador. Bem pelo contrário, porém, defendem que este deve desenvolver e controlar, de forma activa e intencional, todos os momentos do processo de amostragem. Pôr em marcha uma pesquisa através do *snowball*, entre outros métodos em cadeia, é muito mais do que saltitar de sujeito em sujeito, como por vezes se faz crer – como se bastasse conhecer alguém dum dado mundo social

para que, a partir daí, o rosário se desfie como que em auto-progressão espontânea. Bastará, para dar uma ideia da dificuldade, dizer que raramente as cadeias contêm mais de seis níveis de progressão nas investigações sobre drogas. Biernacki e Waldorf inventariaram as cinco principais dificuldades do método: encontrar participantes e iniciar as cadeias de referência; verificar a elegibilidade dos potenciais participantes; envolvê-los como auxiliares na investigação; controlar os tipos de cadeias e o número de casos por cadeia; monitorizar as cadeias e a qualidade dos casos. Acrescentaríamos, pela nossa parte, que quando se trata de extrair prevalências cresce ainda a dificuldade de saber em que ponto da progressão numa cadeia estão reunidas as condições matemáticas para a inferência.

II. Plano de pesquisa dum estudo sobre a prevalência e a experiência das drogas

Passámos até agora em revista conceitos e instrumentos metodológicos necessários para situar uma interrogação: como investigar a extensão do consumo problemático de drogas ilegais em indivíduos que não são recrutados nos sistemas assistencial e jurídico-penal? Feito este trabalho, apontaremos brevemente as linhas gerais dum projecto de investigação em curso, cujos resultados finais se prevêem para 2002.

O projecto que aqui brevemente se apresenta visa contribuir para um conhecimento mais aprofundado dos consumidores problemáticos em Portugal, procurando obter evidências empíricas da sua extensão actual, bem como das características tanto dos actores como dos consumos. Visa integrar os resultados obtidos num conjunto mais vasto de investigações centradas no mesmo objectivo.

O *snowball* é utilizado nesta investigação com uma dupla função: a de fornecer indicadores que, se combinados com outras investigações também em curso no mesmo projecto global, permitirão extrair prevalências dos consumos problemáticos de drogas ilegais em Portugal; e a de, através de entrevistas em profundidade, aceder ao conhecimento da experiência da droga nos seus utilizadores. O nível experiencial engloba múltiplas dimensões do acto do consumo: como age a droga no sujeito? Esta pergunta desdobra-se imediatamente: como age? Mas quando e em que parte?

- *Quando*: na trajectória de um sujeito é diferente a droga A vir agora ou logo; é diferente vir antes ou depois da droga B; é diferente vir para “matar a ressaca” ou para produzir novas sensações; é diferente vir instalar-se na familiaridade dos seus repetidos usos ou vir à procura da procura, do novo e do inesperado.

- *Em que parte*: onde interage comigo a droga? No corpo ou no espírito? Em que parte daquele, em que região deste? Nos sentidos ou na consciência? Nas percepções ou no humor?

Dir-nos-iam que a psicofarmacologia conhece bem as respostas. Mas, aquilo que caracteriza o sujeito da experiência, no sentido fenomenológico da expressão, é precisamente o transbordar dos determinismos infra e supra-individuais. Quem melhor tem produzido esta analítica das sensibilidades, interrogando a droga enquanto experiência privada e íntima, enquanto transformação e descoberta, são os escritores auto-experimentadores. Desde Quincey e Baudelaire a Huxley e Junger, desde Reinaldo Ferreira e Cocteau a Leary e Welsh, todos descreveram, os estados translúcidos, abrindo-nos a possibilidade de penetrar em zonas pouco trilhadas da corporalidade e da consciência.

Depois de percorrer esta literatura fica-nos a ideia de que há dois grandes registos na experiência: o da descoberta de novas dimensões em nós e no mundo das coisas e dos outros – droga-gozo, estado translúcido positivo e criativo; e o da dependência: desordem do desejo, descontrolo do consumo, incontinência do acto – droga-problema.

a) As cadeias de snowball

O desencadeamento dos primeiros contactos contempla uma fase preparatória que correspondeu à constituição de uma equipa de terreno, cuja selecção foi orientada por dois critérios: a heterogeneidade das formações-base dos seus membros constituintes (psicologia, sociologia, antropologia) e a sua situação profissional estratégica, que lhes permitiria, à partida, um acesso privilegiado a elementos de eventual interesse para o estudo em curso. O início das cadeias de referência fica, pois, dependente, numa fase inicial, das redes pessoais dos investigadores que integram a equipa de terreno. A identificação de contactos por eles levada a cabo é orientada por um duplo critério, que tem por objectivo facilitar a localização de

pontos de partida para o desenrolar do processo de amostragem: o primeiro deles tem a ver com a já discutida noção de mundo social, em que se pretende identificar quer indivíduos situados em mundos sociais marginalizados e estigmatizados (cujo elemento característico poderá ser o *junkie* de rua), quer os indivíduos pertencentes à esfera socio-culturalmente alta da sociedade (pela sua posse de capital financeiro ou de capital simbólico, como é, por exemplo, o caso do mundo artístico nas suas diversas expressões); o segundo critério é geográfico e visa assegurar o desenvolvimento de cadeias de referência a partir de alguns dos bairros sociais da área urbana do Grande Porto, apontados pelo olhar público como os mais problemáticos esperando-se, sobretudo, a localização de indivíduos situados no mundo social marginal. Essa identificação é orientada de acordo com três tipos de situações: os contactos que designamos por “informantes”, i.e., indivíduos que não cumprem os critérios de inclusão na amostra nem se encontram em condições de sinalizar possíveis entrevistados, mas que possuem um conhecimento de um determinado mundo social a partir do seu interior; os “activadores”, que não cumprindo os critérios de inclusão na amostra, estão em condições de indicar e facilitar o contacto dos investigadores com eventuais entrevistados; e os “entrevistados de nível zero”, que integram os critérios de inclusão e se encontram na disponibilidade de colaborar com a investigação, não só com a participação na entrevista em profundidade como com a nomeação e facilitação do contacto com outros eventuais entrevistados, de modo a assegurar a progressão das cadeias de referência. Na selecção do entrevistado que permitirá assegurar a progressão das cadeias de referência do *snowball*, é introduzido um procedimento de aleatorização, de modo a cumprir um dos critérios essenciais, apontados pela literatura, na garantia de alguma representatividade dos dados recolhidos.

b) As entrevistas em profundidade

O encontro entre os investigadores e os utilizadores de drogas à medida que se dá a progressão das cadeias de *snowball* servirá de ocasião também para uma entrevista em profundidade. Servirá para recolher dados que permitam aprofundar o conhecimento sobre a experiência das

drogas, situando-nos no nível das significações expressas nos e pelos consumos. O acesso a esta dimensão é possível por duas vias: o guião de entrevista e a utilização de estímulos verbais.

A função do guião deverá, pois, ser a de surpreender o sujeito na possibilidade de contar outra narrativa. Para aí devem puxá-lo as questões – para o centro da experiência, em que o protagonista é ele e o seu estado translúcido. Contemplamos no guião de entrevista duas importantes dimensões para o acesso à experiência, que dizem respeito aos níveis do acto (com as dimensões do regime de consumo, salientando a sua auto-gestão, e da sensorialidade) e do contexto.

Utilizam-se, ainda, estímulos verbais. Os estímulos verbais têm como função sugerir-lhe uma outra versão do seu próprio estado, de modo a libertar-lhe a narrativa que nunca conta, porque pensa que ninguém quer ouvir. Esta estratégia parte da expressividade com que os auto-experimentadores falam a droga, através de textos de registo livre – fora do espartilho teórico-metodológico dos especialistas oficiais do fenómeno. Seleccionaram-se excertos dos seus textos; estes excertos são lidos aos entrevistados, pedindo-se-lhes que os comentem. Trata-se, com este procedimento, de promover o discurso sobre si induzido pelo estímulo verbal. O excerto funcionará como uma superfície de identificação da sua própria experiência psicoactiva⁽³⁾.

Nota Final

O mundo ocidental, cujo convívio com as drogas tem sido marcado por um registo bélico bem ilustrado pelos termos “combate” e “ilegal”, tem dado muito mais atenção à intoxicação que provocam do que à embriaguez que proporcionam. Esta dicotomia entre a intoxicação e a embriaguez, que fomos buscar a A. Escohotado (1990), traduzimo-la, a nosso modo, neste texto pela dicotomia problemático/psiconáutico. O desenho da investigação que aqui brevemente apresentamos é sensível à advertência de Escohotado, procurando, no seu dispositivo empírico, penetrar a experiência da droga – entendida esta no sentido fenomenológico em que a apresentámos. O facto de podermos integrar esta intenção de pesquisa, que à primeira vista se afigura radicalmente qualitativa,

num projecto que como demonstrámos ao longo da primeira parte, opta por um método susceptível de tratamento quantitativo, apresenta-se como o principal desafio do projecto.

Procurámos também ilustrar neste artigo o trabalho simultâneo de precisão conceptual e de desconstrução crítica de noções e conceitos em circulação nas micro-comunidades de especialistas do fenómeno-droga. É com base neste trabalho que se alicerça a construção da investigação empírica. Este texto não é ainda a apresentação do produto final – exibição pública dos resultados e conclusões – é, isso sim, o submeter à discussão de especialistas opções teóricas e metodológicas que permitem trazer à luz características de um fenómeno que, tal como se disse de início, todos dizem “ser muito complexo”. Se o avanço do conhecimento se faz pela resolução de enigmas, inscrevamos também aqui o nosso – mesmo que de curto alcance e de desenlace incerto. ■

Luís Fernandes é Professor na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e investigador do Centro de Ciências do Comportamento Desviante da mesma Universidade.

Maria Carmo Carvalho é psicóloga do Observatório Permanente de Segurança e colaboradora do Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Universidade do Porto.

Notas

(1) Este artigo tem como ponto de partida uma investigação actualmente em curso no Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto sobre a prevalência do consumo problemático de drogas em Portugal solicitado e financiado pelo Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT).

(2) A dimensão psiconáutica dum consumo diz respeito à navegação sensorial e mental da experiência adictiva. Tomamos a expressão da gíria do movimento psicadélico, querendo significar com ela o pólo não problemático dum continuum em que o oposto é, precisamente, o problemático.

(3) Esta estratégia semi-projectiva, evocadora, a partir dum estímulo neste caso verbal, da experiência privada de cada um, foi já por nós utilizada noutros trabalhos (cf. Fernandes, 1997). Esta técnica permite a evocação de temas que muito dificilmente são induzidos através de perguntas directas, e, por outro lado, permite a flexibilização do clima da entrevista em indivíduos reconhecidamente resistentes a procedimentos formais.

Bibliografia:

- Adler, P. (1990). *Ethnographic research on hidden populations: penetrating the drug world*. National Institute on Drug Abuse Research: *Monograph Series*.
- Becker, H. e McCall (1990). *Symbolic interaction and cultural studies*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Biernacki, P. e Waldorf, D. (1981). Snowball sampling – problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, vol.10, nº2, p.141-163.
- Bello, P.-Y., Chêne, G. (1999). Une étude par capture-recapture pour estimer la taille de la population toxicomane à Toulouse, France. In EMCDDA Scientific Monograph Series n.º1, *Estimating the Prevalence of Problem Drug Use in Europe*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Cohen, P. (1989). *Cocaine use in Amsterdam in non-deviant subcultures*. University of Amsterdam. UVA.
- Díaz, A., Barruti, M., Doncel, C. (1992). *The lines of success? A study of the nature and extent of cocaine use in Barcelona*. Ajuntament de Barcelona.
- Díaz, A. e Arias, A. (1992). Qualitative vs quantitative research on drug use: complementary contributions to the knowledge of cocaine use? In Garretsen, van de Goor, Kaplan, Korf, Spruit, Zwart, *Proceedings – Invited Expert Meeting. Illegal Drug Use: Research Methods for hidden populations*. Rotterdam.
- Díaz, A. (1998). *Hoja, Pasta, Polvo Y Roca. El consumo de los derivados de la coca*. Bellaterra: Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona.
- Escotado, A. (1990). *El libro de los venenos*. Madrid: Mondadori.
- Fernandes, L. (1998). The world of the dealer and the exposure to dust. *Itaca, May*, vol.III, nº2, p.71-84.
- Fernandes, L. (1997). *Actores e Territórios Psicotrópicos: etnografia das drogas numa periferia urbana*. Tese de Doutoramento. Porto: F.P.C.E.U.P.
- Gamella, J. e Meneses, C. (1993). Estrategias etnográficas en el estudio de poblaciones ocultas: censo intensivo de los heroinómanos de cuatro barrios de Madrid. In *Las Drogodependencias: perspectivas sociológicas actuales*. Madrid: Ilustre Colegio de Doctores y Licenciados en ciencias Políticas y Sociología. (p.289-323).
- Hannerz, U. (1986). *Exploración de la ciudad*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Hartnoll, R. (1999). Introduction Générale. In *Estimation de la prévalence de la consommation problématique de drogues en Europe*, Monographies Scientifiques de l'OEDT, n.º1. Luxembourg: OEDT.
- Hickman, M. (1999). Introduction. In EMCDDA Scientific Monograph Series n.º1, *Estimating the Prevalence of Problem Drug Use in Europe*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Korf, D. (1999). The tip of the iceberg: snowball sampling and nomination techniques, the experience of dutch studies. In EMCDDA Scientific Monograph Series n.º1, *Estimating the Prevalence os Problem Drug Use in Europe*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Kraus, L. (1999). Méthodes d'estimation statistiques et modèles dynamiques. In EMCDDA Scientific Monograph Series n.º1, *Estimating the Prevalence of Problem Drug Use in Europe*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Olsson, B. (1999). Problèmes de définition et autres aspects de la recherche de cas: études nationales suédoises. In EMCDDA Scientific Monograph Series n.º1, *Estimating the Prevalence of Problem Drug Use in Europe*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Simon, R. (1999). Utilisation des méthodes fondées sur la recherche de cas pour estimer la prévalence: vue d'ensemble. In EMCDDA Scientific Monograph Series n.º1, *Estimating the Prevalence of Problem Drug Use in Europe*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Spreen (1992). Rare populations, hidden populations and link-tracing designs. *Bulletin de Methodologie Sociologique*, 36, p.34-58.
- Travers, J. e Milgram, S. (1969). An experimental study of the small world problem. *Sociometry*, 32, p.425-443.
- Watters e Biernacki (1989) Targeted Sampling: Options for the study of hidden populations. *Social Problems*, 36, 4, 416-430
- World Health Organization (1993). *The ICD-10 classification of Mental and Behavioural Disorders*. Geneva: W.H.O.
- Young, J. (1971). *The Drugtakers*. London: Palladin.